

PROCESSO N. 2016/029393 (MPSC)

ADITIVO N. 001/2019 AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 033/2017/MP (NUMERAÇÃO MPSC) e N. 7/2017 (NUMERAÇÃO MPF) ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, PARA PROMOÇÃO DO CONHECIMENTO TÉCNICO-CIENTÍFICO PRODUZIDO EM ASSUNTOS PERÍCIAIS.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF, com sede no SAF Sul, Quadra 4, Conjunto C, Brasília/DF, inscrito no CNPJ sob o nº 26.989.715/0052-52, neste ato representado pela Exma. Procuradora-Geral da República, **RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE**, nos termos da Portaria PGR/MPF nº 357, de 5 de maio de 2015, e do Decreto de 12 de julho de 2017, de um lado, e o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, com sede na Rua Bocaiúva, 1792, Ed. Ministério Público de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 76.276.849/0001-54, neste ato representado pelo Exmo. Procurador-Geral de Justiça, **FERNANDO DA SILVA COMIN**, nos termos do Ato nº 653/2019 do Governo do Estado de Santa Catarina, de 12 de março de 2019, de outro, resolvem firmar o presente **ADITIVO** ao Termo de Cooperação Técnica n. 033/2017/MP (Numeração MPSC) e n. 7/2017 (Numeração MPF), firmado em 4 de julho de 2017, DOU de 12/7/2017, p. 144 (PGEA nº 1.00.000.002336/2017-16), nos termos do art. 129, IX, da Constituição Federal, e na forma prevista na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas pertinentes, no que couberem, mediante as condições expressas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Prorrogar o prazo de vigência do Termo de Cooperação Técnica n. 033/2017/MP (Numeração MPSC) e n. 7/2017 (Numeração MPF), firmado em 4 de julho de 2017, DOU de 12/7/2017, p. 144 (PGEA nº 1.00.000.002336/2017-16), pelo período de **4 (quatro) anos**, a partir de 04 de julho de 2019, renovável, através de outros Termos Aditivos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições constantes no acordo originário, não modificadas, no todo ou em parte, pelo presente **Termo Aditivo**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

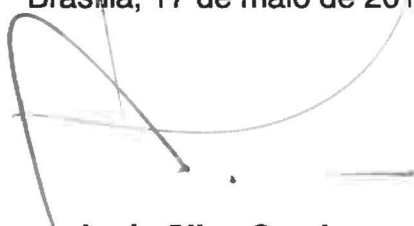
3.1 - O Ministério Público Federal publicará, como condição de eficácia, o presente Termo de Cooperação Técnica, por extrato, na Imprensa Oficial da União, no prazo estabelecido no art. 61, parágrafo único, da Lei n. 8.666, de 31 de junho de 1993.

3.2 - O Ministério Público do Estado de Santa Catarina publicará, como condição de eficácia, o presente Termo de Cooperação Técnica, por extrato, no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, no prazo estabelecido no art. 61, parágrafo único, da Lei n. 8.666, de 31 de junho de 1993.

E, por estarem justos e acordados, com as cláusulas e condições estabelecidas, firmam o presente Termo de Cooperação, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Brasília, 17 de maio de 2019.


Raquel Elias Ferreira Dodge
Procuradora-Geral da República


Fernando da Silva Comin
Procurador-Geral de Justiça – MPSC

Testemunhas: